

Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidade

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão
da Cidade - Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIII, nº 49 – SETEMBRO/ 2015

APOIO



INDEXAÇÃO



ISSN 1980-6310

TEMPOS DE CRISE: QUAL O PLANO B DOS MUNICÍPIOS DEPENDENTES DO PETRÓLEO?



EDITORIAL: COMO AS PREFEITURAS DEPENDENTES DE RENDA PETROLÍFERA SE ADAPTAM À CRISE NA ARRECADAÇÃO E À NOVA REALIDADE INSTITUCIONAL, POLÍTICA E NO PREÇO DO BARRIL?

PREFEITURAS ENTREVISTADAS: CAMPOS DOS GOYTACAZES E RIO DAS OSTRAS.

APROVAÇÃO DA EXPANSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA PELA COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL (CLPC): EXPECTATIVA E CONSEQUÊNCIA SOBRE A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS NA REGIÃO.

BASEADO NO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO APLICADO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, É POSSÍVEL AVALIAR OS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU.

A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ COMO UMA ALTERNATIVA CONCRETA PARA A DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA.

O BOLETIM ENTREVISTA: HÁ CRISE NA ARRECADAÇÃO?

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, ao longo de mais de uma década dedicada ao debate e à disseminação de informações sobre a aplicação dos *royalties* e participações especiais no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro e nos municípios do Norte Fluminense, publicou diversos artigos, entrevistas e análises que apontaram para as lacunas entre a gênese dos *royalties*, como forma de promoção de justiça entre gerações, e as políticas públicas implementadas, em especial, nos entes de maior arrecadação destas rendas no País.

Em 2015, diferentes elementos, internos e externos, impuseram aos entes de maior

dependência das rendas petrolíferas a necessidade de uma adaptação abrupta a uma nova realidade institucional, política e no preço do barril de petróleo.

Uma das formas pensadas de combater foi, na verdade, não combater, mas “empurrar” o problema, numa espécie de “fuga para a frente”, por meio da chamada antecipação das rendas petrolíferas, medida com a qual os municípios do Norte Fluminense pretendiam arrecadar crédito no mercado financeiro utilizando os *royalties* futuros como garantia. Penhora-se o futuro, tornando-o ainda mais incerto às gerações vindouras, pela imprevisão que imperou no passado e pela falta de

gestão adequada do presente.

Contudo, nem tudo está perdido, e Campos dos Goytacazes, um dos municípios que ‘pretendiam’ arrolar os problemas para o futuro, como dito acima, esbarrou em uma decisão judicial contra o projeto de lei que permitia a operação, no julgamento de uma ação impetrada pelo movimento social “não venda nosso futuro”. A mesma alternativa está sendo buscada por municípios como Carapebus, Cabo Frio, Maricá, Arraial do Cabo, São João da Barra e Casimiro de Abreu.¹

Diante deste momento de crise, visando dar continuidade à pauta propositiva iniciada no último número do BPRR com o

artigo do Prof. José Luis Vianna da Cruz², iniciamos, na presente Edição, a publicação de uma série de entrevistas com prefeituras da região. Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras foram os primeiros municípios a darem retorno a esta que pretende ser uma oportunidade de divulgação e debate das ações e estratégias implementadas em nível local. Assim sendo, o BPRR se propôs a perguntar e divulgar o que tem sido realizado e planejado, deixando para nosso leitor a análise, de acordo com suas expertises e segundo sua vivência em cada localidade, da pertinência das mesmas para conter a crise de arrecadação das rendas petrolíferas.

NOTA

¹ Para mais detalhes: MACEDO, R. Justiça barra antecipação da verba do petróleo. *O Dia*, 16 ago. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1E0KMSn>. Acesso em: 17 ago. 2015.

² CRUZ, J. L. V. Que crise é essa? A queda na arrecadação das rendas petrolíferas dos municípios da região produtora do Estado do Rio de Janeiro. *Boletim Petróleo, Royalties e Região*, Campos dos Goytacazes, ano XII, n. 48, p. 2-5, 2015.

Campos dos Goytacazes

BPRR: Como tem sido planejado e em quais áreas, historicamente, foram aplicados *royalties* do petróleo? Qual foi a ordem de prioridades na aplicação dos *royalties*?

PMCG: Durante nossa campanha à prefeitura, detectamos alguns problemas crônicos que precisavam ser equacionados, entre eles: déficit de moradia, baixo índice de saneamento básico e a falta de uma rede de proteção social articulada, a fim de promover a mobilidade social.

Falando objetivamente, os *royalties* foram investidos num grande programa de Habitação, Infraestrutura, Saúde e Educação.

BPRR: Quais são os mecanismos disponibilizados para a participação da população na aplicação dos *royalties*?

PMCG: Todas as secretarias têm conselhos. Os investimentos na Saúde, por exemplo, que no nosso governo atingiram o recorde de 40% do Orçamento, foram decididos pelo Governo com o apoio do Conselho, dentro de nosso orçamento. O mesmo ocorreu na Assistência Social e em outras áreas.

O Governo define a macro prioridade, e a população, por meio de sua representação civil, define a microprioridade. Exemplo: dentro do dinheiro para a construção de casas, que área deve ser priorizada?

Dentro dos bairros com problemas de Saneamento, quais devem ser priorizados? E assim fizemos um orçamento transparente e participativo.

BPRR: Diante da potencial flutuação do mercado internacional, como o município tem planejado seu orçamento para minimizar esses impactos (da baixa nos valores do barril do petróleo)?

PMCG: Criei medidas como diminuição do tamanho das secretarias, corte de 10% dos DAS, corte em muitas gratificações que havia concedido e, também, em 25% dos contratos de caráter continuado.

BPRR: Tendo em vista as no-

vas regras para a distribuição dos *royalties*, discutida nos últimos anos, como o município se preparou para um novo cenário com percentual menor de arrecadação de *royalties*?

PMCG: Reduzindo ano a ano a sua dependência com o aumento das receitas próprias. No ano de 1999, Campos tinha uma dependência de mais de 70% dos *royalties*. Hoje, a dependência é de 53%. Isso representa uma queda substancial.

Mas não posso deixar de enfatizar que o *royalty* é um direito indenizatório dos produtores, consagrado pela Constituição Brasileira de 88 e uma cláusula pétrea.

Rio das Ostras

BPRR: Como tem sido planejado e em quais áreas, historicamente, foram aplicados *royalties* do petróleo? Qual foi a ordem de prioridades na aplicação dos *royalties*?

PMRO: Tabelas 1 e 2.

BPRR: Quais são os mecanismos disponibilizados para a participação da população na aplicação dos *royalties*?

PMRO: Orçamento Participativo, Audiências Públicas, Conselhos Municipais...

BPRR: Diante da potencial flutuação do mercado internacional, como o município tem planejado seu orçamento para minimizar esses impactos (da baixa nos valores do barril do petróleo)?

PMRO: Com parcimônia e austeridade, decretando o contingenciamento dos empenhos das dotações orçamentárias e das movimentações financeiras dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta e reduzindo contratos e folha de pagamento e corte de

estrutura.

BPRR: Tendo em vista as novas regras para a distribuição dos *royalties*, discutida nos últimos anos, como o município se preparou para um novo cenário com percentual menor de arrecadação de *royalties*?

PMRO: Intensificando as ações respondidas do item 3 com ampliação da receita tributária, que apresenta curva positiva nos últimos anos e viés de crescimento no futuro.

Tabela 1. Prioridades das Funções de Governo no Orçamento - Recurso Royalties.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
RECURSOS DE ROYALTIES			
FUNÇÃO	%		
	2013	2014	2015
SANEAMENTO	25,78%	25,59%	26,16%
SAÚDE	11,85%	17,27%	17,79%
GESTÃO AMBIENTAL	13,35%	11,72%	12,11%
EDUCAÇÃO	6,94%	8,87%	9,49%
URBANISMO	16,15%	10,30%	9,36%

Tabela 2. Recursos de Royalties previstos em 2015 para pagamento de Benefícios de Pessoal.

BENEFÍCIOS DE PESSOAL					
DESPESAS	CÂMARA	PREFEITURA	SAÚDE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	TOTAL
OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00	10.190.000,00	14.550.000,00	1.467.000,00	26.207.000,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS (PLANO DE SAÚDE, CRECHE E FUNERAL)	10.000,00	4.142.000,00	3.300.000,00	481.000,00	7.963.000,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	660.000,00	5.604.000,00	2.762.000,00	806.000,00	9.832.000,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE	660.000,00	5.604.000,00	3.258.000,00	806.000,00	10.328.000,00
TOTAL	1.333.000,00	25.540.000,00	23.900.000,00	3.560.000,00	54.330.000,00

XIV

SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO

14 E 15 OUTUBRO

NA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

PENSANDO A REGIÃO . TENSÕES E POSSIBILIDADES

A nova proposta de expansão da plataforma continental brasileira

The new proposal for an expansion of the Brazilian Continental Shelf

Resumo:

O objetivo do artigo é o de apresentar um estudo sobre a nova proposta revista parcial a uma plataforma continental estendida na "Área Sul". A submissão brasileira à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) insere-se em um plano de maior presença atlântica do País, exemplificado na ideia de criação de uma "Amazônia Azul". Contudo, a expansão da plataforma continental brasileira além das 200 milhas marítimas não é um mero ato unilateral, mas envolveu um amplo estudo técnico-científico apresentado à CLPC. A proposta parcial revista traz importantes questões jurídico-políticas que devem ser conhecidas e discutidas pela academia brasileira.

Palavras-chave: Plataforma Continental. Comissão de Limites da Plataforma Continental. Submissão. Brasil.

Abstract:

The aim of this paper is to present a study on the new partial revised proposal to an extended continental shelf in the Southern Region. The Brazilian submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) is part of a major country presence in the Atlantic, exemplified by the idea of creating a "Blue Amazon". However, the Brazilian continental shelf expansion beyond 200 nautical miles is not just a unilateral act, but it involves a wider scientific-technical study presented to the CLCS. The partial revised proposal brings important legal and political issues, which should be considered and discussed by the Brazilian academy.

Keywords: Continental Shelf. Commission on the Limits of the Continental Shelf. Submission. Brazil.

ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA, Pós-DOUTOR EM DIREITO INTERNACIONAL DO MAR PELA SCHULICH SCHOOL OF LAW, DALHOUSIE UNIVERSITY, HALIFAX, CANADA. PROFESSOR ADJUNTO DE DIREITO INTERNACIONAL DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE/UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (FDR/UFPE).

expandir sua plataforma continental além das 200 milhas marítimas, o mesmo deve submeter informações técnicas à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC). Depois de examinar os dados apresentados pelo Estado cos-

teiro, a CLPC fará recomendações sobre questões relacionadas com o estabelecimento dos limites exteriores da sua plataforma continental. De acordo com o artigo 76.8, esses limites da plataforma continental estabelecidos pelo Estado costeiro com base nessas recomendações serão definitivos e obrigatórios (SILVA, 2012, p. 2).

traçar o limite exterior da plataforma continental, os Estados costeiros usam uma das duas fórmulas: unir, mediante linhas retas que não excedam 60 milhas marítimas do pé do talude continental, nesse caso, essa linha é a demarcação oficial

ros maximizem seus pedidos dentro dos parâmetros estabelecidos para o limite exterior da plataforma continental (CAVNAR, 2009, p. 397). O Brasil foi o segundo Estado costeiro a apresentar uma proposta de expansão da plataforma continental à CPLC em maio de 2004, depois de dezessete anos de estudos do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC). A proposta brasileira de extensão de sua plataforma continental além das 200 milhas previa uma expansão de 911.847 km². Posteriormente, em fevereiro de 2006, o Brasil ainda fez uma adição, pleiteando uma área total de 953.525 km². Essa área se distribui principalmente nas regiões Norte (região do Cone do Amazonas e Cadeia Norte Brasileira), Sudeste (região da cadeia Vitória-Trindade e platô de São Paulo) e Sul (região de platô de Santa Catarina e cone do Rio Grande).

Em abril de 2007, depois de examinar as informações apresentadas pelo Estado brasileiro, a CLPC apresentou suas recomendações relativas ao pleito do Brasil, que foram no

Em dezembro de 2012, o *Boletim Petróleo, Royalties e Região* foi uma das primeiras publicações nacionais a tratar dos impactos dos artigos 76 e 82 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) na repartição de royalties do petróleo no Brasil. O primeiro dispositivo legal versa sobre o conceito de plataforma continental – bem como a possibilidade de sua extensão além do limite inicial das 200 milhas marítimas, enquanto o segundo estabelece os pagamentos e contribuições relativos ao aproveitamento da plataforma continental além das 200 milhas marítimas. Dessa forma, os artigos 76 e 82 foram negociados conjuntamente e estão intrinsicamente unidos.

Nos termos da CNUDM, para que um Estado costeiro possa

O BRASIL FOI O SEGUNDO ESTADO COSTEIRO A APRESENTAR UMA PROPOSTA DE EXPANSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL À CPLC EM MAIO DE 2004, DEPOIS DE DEZESETE ANOS DE ESTUDOS DO PLANO DE LEVANTAMENTO DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA.

teiro, a CLPC fará recomendações sobre questões relacionadas com o estabelecimento dos limites exteriores da sua plataforma continental. De acordo com o artigo 76.8, esses limites da plataforma continental estabelecidos pelo Estado costeiro com base nessas recomendações serão definitivos e obrigatórios (SILVA, 2012, p. 2).

O artigo 76 fornece "fórmulas" específicas e "restrições" para os fins de delimitação da plataforma continental além das 200 milhas marítimas. Para

– além dessa linha estão os fundos marinhos – e pode ser estendida até o limite máximo de 350 milhas marítimas dos quais se mede o mar territorial; ou, "100 milhas marítimas de isóbara de 2.500 metros, que é uma linha que une profundidades de 2.500 metros", isto é, pode ir além mesmo das 350 milhas marítimas. Os Estados podem utilizar-se de quaisquer das duas medidas de opção para fazer a sua proposta de expansão. A intenção é a de permitir que os Estados costei-

sentido de não atender integralmente à submissão brasileira. Do total da área pleiteada, a CLPC não concordou com cerca de 190.000 km², ou seja, cerca de 20% da área estendida além das 200 milhas marítimas. Ato contínuo, foram envidados novos esforços para elaboração de uma nova proposta a ser encaminhada à CLPC.

tanto, o País tem direito de exercer direitos de soberania sobre esse trecho da plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais.

A submissão revista parcial brasileira ainda lembra que os limites marítimos com o Uruguai não são alvo de disputas entre os dois Países, conforme

**O NOVO PLEITO BRASILEIRO PRETENDE
DEMONSTRAR AOS MEMBROS DA CLPC, POR
MEIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS,
QUE A “ÁREA SUL” PERTENCE À MARGEM
CONTINENTAL BRASILEIRA – OU À “PLATAFORMA
CONTINENTAL JURÍDICA” BRASILEIRA.**

Em abril de 2015, os resultados dos novos estudos preparados pelo LEPLAC foram apresentados à CLPC como Submissão Revista Parcial (*Brazilian Partial Revised Submission*). Essa nova submissão revista é parcial – nos termos previstos no artigo 8º do Anexo II da CNUDM –, no sentido que versa somente sobre a margem continental meridional, na região conhecida como “Área Sul”. As demais regiões da primeira submissão brasileira não integralmente aceitas pela CLPC, em especial a cadeia Vitória-Trindade e platô de São Paulo, serão submetidas em pleitos posteriores (CLCS, 2015).

Para essa nova submissão, parcial e revista, o Brasil utilizou-se das Diretrizes Científicas e Técnicas e do Regulamento da CLPC (CLCS/40/Rev.1). Além do embasamento jurídico do artigo 76 da CNUDM, mormente, seus parágrafos 1, 3, 4(a)(i), 4(b), 5 e 7, que tratam das “fórmulas” e “restrições” dos limites exteriores da plataforma continental, ou seja, além das 200 milhas marítimas.

O novo pleito brasileiro pretende demonstrar aos membros da CLPC, por meio de informações técnicas e científicas, que a “Área Sul” pertence à margem continental brasileira – ou à “plataforma continental jurídica” brasileira – e que, por-

o “Acordo sobre a definitiva fixação da Barra do Chuí e do limite lateral marítimo”, concluído em Montevidéu, em 21 de julho de 1972, texto que foi emendado por Notas Reversais, de 29 de julho de 2005.

A Submissão Revista Parcial Brasileira também atendeu ao prescrito no artigo 45(b) do Regulamento da CLPC, que impõe que o Estado costeiro comunique os nomes dos membros da CLPC que tenham prestado assessoramento científico e técnico na preparação da proposta. No caso concreto, o Brasil declarou que contou com assessoramento técnico e científico de Jair Alberto Ribas Marques, membro da CPLC.

Como considerado anteriormente, a submissão brasileira foi preparada pelo LEPLAC, que é um programa da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, com a participação de representantes da Marinha, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério da Educação.

A nova proposta brasileira a uma plataforma continental estendida na “Área Sul” insere-se dentro de um projeto maior denominado “Amazônia Azul”.

A zona econômica exclusiva, ou seja, a camada de água do mar que se estende até 200 mi-

lhas marítimas, e a plataforma continental, que compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, corresponde a uma área oceânica de aproximadamente 3,6 milhões de km². Se somarmos a essa área o pleito inicial brasileiro apresentado à CLPC, ou seja, mais 953.000 km², tem-se uma área total aproximada de 4,5 milhões de km². Segundo o sítio oficial do projeto, “essa extensa área oceânica, adjacente ao continente brasileiro, que corresponde a, aproximadamente, 52% da nossa área continental e que, devido à importância estratégica, às riquezas nela contidas e à imperiosa necessidade de garantir sua proteção, a Marinha do Brasil (MB), buscando alertar a sociedade sobre os seus incalculáveis bens naturais, sua biodiversidade e sua vulnerabilidade, passou a denominá-la ‘Amazônia Azul’, cuja área é um pouco menor, porém, em tudo comparável à ‘Amazônia Verde’” (Marinha do Brasil, 2015).

CNUDM da seguinte maneira: “Área é o leito do mar, os fundos marinhos e o seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional”, ou seja, em certo sentido, trata-se de um conceito jurídico residual, já que abrange os espaços marinhos que não estejam sob o domínio de nenhum Estado. Além disso, a Área e seus recursos são patrimônio comum da humanidade (artigo 136 da CNUDM).

O espaço oceânico que consta no plano de trabalho da CPRM é na região do Elevado do Rio Grande, bem próxima da região do pleito da Submissão Revista Parcial encaminhada à CLPC. O plano de trabalho foi aprovado, inicialmente, na Comissão Legal e Técnica e, posteriormente, pelo Conselho da Autoridade. A área de exploração compreende 150 blocos, cada um com uma área de 20 km². Os blocos, em formato retangular, estão reunidos em oito grupos, cada um contendo de 5 a 56 blocos contíguos. Todos os blocos estão localizados inteiramente dentro de uma área geográfica de dimensão não superior a 550 km² (ISA, 2014).

É importante ressaltar, por-

**TRAÇAR UM CENÁRIO FUTURO SERIA MERO
EXERCÍCIO ESPECULATIVO. A EXPECTATIVA
DO ESTADO BRASILEIRO CERTAMENTE É DE
QUE A SUBMISSÃO REVISTA PARCIAL SEJA
INTEGRALMENTE ACEITA PELA CLPC.**

A possibilidade da existência de recursos minerais na “Área Sul” é real. Não muito longe dessa região, recentemente, o Brasil apresentou um plano de trabalho para a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos para a exploração de crostas cobaltíferas ricas em ferromanganês (*cobalt-rich ferromanganese crusts*) na Área, por intermédio da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que é uma empresa estatal.

A Área é um conceito-chave no direito do mar, e sua importância pode ser exemplificada pelo fato de que se encontra definida no artigo 1º da

tanto, que se trata de regimes jurídicos distintos e de propostas encaminhadas a organismos internacionais diferentes. A submissão a uma plataforma continental estendida, no âmbito do artigo 76 da CNUDM, foi encaminhada à CLPC; enquanto o plano de trabalho, aprovado pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, versa sobre a exploração de recursos minerais além da jurisdição brasileira, isto é, na Área.

Com a Submissão Revista Parcial apresentada pelo Estado brasileiro à CLPC, os estudos de levantamento da plataforma continental brasileira, iniciados em 1987, entraram em

nova fase, “LEPLAC PHASE 2”, como consta no sumário executivo da nova proposta brasileira. Segundo esse documento: “com os estudos e análises surgidos desses novos dados [...], foi possível aperfeiçoar e expandir os conhecimentos sobre a margem continental brasileira permitindo a produção de informações técnicas atualizadas” (BRAZIL, 2015, p. 4).

Como ocorreu com a primeira submissão brasileira, os novos dados apresentados pelo Brasil serão examinados por uma subcomissão da CLPC, composta por sete de seus membros. A partir desse ponto, há, pelo menos, dois cenários possíveis. No primeiro, a nova Submissão Revista Parcial é integralmente aceita pela CLPC, o que tornaria toda a “Área Sul” sujeita única e exclusivamente à exploração e ao aproveitamento pelo Estado brasileiro. No segundo cenário, a CLPC

não atende, uma vez mais, a todo o pleito brasileiro. Nesta hipótese, abrem-se outras três alternativas ao Brasil: I) o País aceita as recomendações da CLPC, e os limites exteriores da plataforma continental tornam-se definitivos e obrigatórios; II) o País não aceita as recomendações da CLPC e manifesta que efetuará nova submissão revista (criando uma espécie de “pingue-pongue” entre o Estado e a CLPC); e, III) o Brasil não aceita as recomendações da CLPC, tampouco expressa vontade de efetuar nova submissão revista e define a plataforma continental estendida na “Área Sul” nos limites apresentados na Submissão Revista Parcial. Essa última hipótese, ainda que juridicamente possível, é politicamente controversa.

Traçar um cenário futuro seria mero exercício especulativo. A expectativa do Estado brasileiro certamente é de que a Sub-

missão Revista Parcial seja integralmente aceita pela CLPC. Contudo, o momento atual é de aguardar a nova manifestação da Comissão de Limites da Plataforma Continental, o que deve demorar pelo menos um ano.

Referências:

- BRAZIL. *EXECUTIVE SUMMARY: CONTINENTAL SHELF AND UNCLOS ARTICLE 76 – BRAZILIAN PARTIAL REVISED SUBMISSION TO THE COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF*. DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO, 2015.
- CAVNAR, ANNA. *ACCOUNTABILITY AND THE COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF: DECIDING WHO OWNS THE OCEAN FLOOR*. *CORNELL INTERNATIONAL LAW JOURNAL*, VOL. 42, 2009, P. 387-440.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF (CLCS). *OUTER LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF BEYOND 200 NAUTICAL MILES FROM THE BASELINES: SUBMISSIONS TO THE COMMISSION: PARTIAL REVISED SUBMISSION BY BRAZIL*. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.UN.ORG/DEPTS/](http://www.un.org/depts/)

[LOS/CLCS _ NEW/SUBMISSIONS _ FILES/SUBMISSION _ BRA _ REV.HTM](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_bra_rev.htm)>. ACESSO EM: 29 DE MAIO DE 2015.

INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY (ISA). *ISBA/20/C/30, 9 JULY 2014. REPORT AND RECOMMENDATIONS OF THE LEGAL AND TECHNICAL COMMISSION TO THE COUNCIL OF THE INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY RELATING TO AN APPLICATION FOR THE APPROVAL OF A PLAN OF WORK FOR EXPLORATION FOR COBALT-RICH FERROMANGANESE CRUSTS BY COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS*. MARINHA DO BRASIL. AMAZÔNIA AZUL. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.MAR.MIL.BR/HOTSITES/SALA _ IMPRENSA/AMAZONIA _ AZUL.HTML](http://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/amazonia_azul.html)>. ACESSO EM: 29 DE MAIO DE 2015.

SILVA, ALEXANDRE PEREIRA DA. OS ARTIGOS 76 E 82 DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR E AS IMPLICAÇÕES PARA A DIVISÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO. *PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO*, ANO X, N. 38, DEZ. 2012, P. 2-4.



Edital de seleção do Programa de Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade

www.cidades.ucam-campos.br



Complexo Portuário do Açú: o município de São João da Barra/RJ na rota logística do novo padrão de desenvolvimento regional brasileiro

Açu Port Complex: São João da Barra municipality (RJ) in the logistics route of the new standard of Brazilian regional development

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar a instalação do Complexo Portuário do Açú-CPA, no município de São João da Barra/SJB-RJ, à luz do novo padrão de desenvolvimento regional brasileiro, articulado em ilhas dinâmicas, com forte capacidade de articulação das escalas geográficas. O Norte Fluminense/NF, cumprindo papel importante na retomada do crescimento econômico no estado do Rio de Janeiro, tem protagonizado, em seu território, a instalação de um empreendimento de grande envergadura, o CPA, no 5º Distrito de SJB. O empreendimento é parte integrante de diversas obras de grande envergadura espalhadas pelo território brasileiro que objetiva colocar o País em condições de competir de forma menos desigual na economia globalizada. Evidencia-se que o investimento no setor portuário tem colocado o município de SJB na rota logística do padrão de desenvolvimento adotado pelo Brasil nas últimas décadas. Dessa forma, o empreendimento não pode ser analisado somente na perspectiva da escala local.

Palavras-chave: Porto do Açú. Logística. Grandes Projetos de Investimentos-GPIs. Desenvolvimento.

Abstract:

This article aims to analyze the Açú Port Complex-APC establishment, in São João da Barra/SJB, Rio de Janeiro, in the light of the new standard of Brazilian regional development, articulated in dynamic islands, with high capacity of geographical scales articulation. The North Fluminense/NF, playing an important role in the recovering of the economic growth in Rio de Janeiro state, has developed, in its territory, the installation of a major project, the APC, located at the 5th District of SJB. The project is part of several major works all over Brazil that aims to enabling the country in a position to compete in a less uneven way in the global economy. It is noticed that the investment in the port sector has placed the city of São João da Barra in the logistics route of development adopted by Brazil in recent decades. Thus, the project should be analyzed only from the perspective of the local scale.

Keywords: Açú Port. Logistics. Large Investment Projects-LIPs. Development.

DANIEL RIBEIRO BARCELOS, PÓS-GRADUANDO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (UFF-POLO CAMPOS DOS GOYTACAZES). GRADUADO EM GEOGRAFIA (IFF).
DANIEL19104@GMAIL.COM

Introdução

O estado do Rio de Janeiro vem passando por expressivas mudanças econômicas e territoriais nos últimos anos. Tem protagonizado, em seu território, a instalação de Grandes Projetos de Investimentos-GPIs, ou seja, empreendimentos que mobilizam e demandam uma grande quantidade de investimentos financeiros, apropriando-se de recursos naturais e força de trabalho em um ponto específico e estratégico do território (VALNER, 2007; SILVA, 2011). Podemos citar como exemplos, no interior do estado, as obras viárias, como o Anel no entorno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro-RMRJ, o Complexo Automobilístico de Resende/Porto

Real, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro-Comperj, com destaque para os investimentos portuários, onde se destaca o Complexo Portuário do Açú-CPA, na Mesorregião Norte Fluminense, além de outras obras de infraestrutura.

uma população de 32.090 habitantes (IBGE, 2010), com uma extensão territorial de 455,044 km², e o Complexo Portuário do Açú adquiriu uma área de mais de 150km², o que representa 1/3 deste município fluminense (RODRIGUES; LEMOS, 2011).

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA/SJB, LOCALIZADO NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, TEM SOFRIDO UM GRANDE PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO SEU ESPAÇO PELO CPA, O QUAL VEM SENDO INSTALADO NO 5º DISTRITO DO REFERIDO MUNICÍPIO DESDE O ANO DE 2007.

O município de São João da Barra/SJB, localizado no Norte do estado do Rio de Janeiro, tem sofrido um grande processo de apropriação do seu espaço pelo CPA, o qual vem sendo instalado no 5º distrito do referido município desde o ano de 2007. O município tem

O CPA foi implementado, inicialmente, pela empresa LLX, do empresário Eike Batista. No entanto, em 2012, uma profunda crise afetou seus negócios, deixando-o completamente endividado. Com isso, em outubro de 2013, o empresário vendeu a LLX para a empresa PRUMO

LOGÍSTICA, do grupo norte-americano EIG, um fundo de investimento. Com obras iniciadas em 2007, o empreendimento é um Porto de Uso Privado, composto por 2 terminais (o T1, que possuirá 5 berços para descarga de petróleo e 4 para minério de ferro, e o T2, que será especializado na descarga de cargas sólidas como: bauxita, carvão, granito, veículos, além de cargas líquidas como petróleo e seus derivados) e um Complexo Industrial com uma área de aproximadamente 9.000 hectares, e uma Área Especial de Interesse Ambiental com 4.000 hectares adjacentes ao Complexo. Originalmente, o projeto era maior. Todavia, com a venda das ações da LLX para a PRUMO LOGÍSTICA, ocorreram várias alterações no projeto inicial do empreendimento. As siderúrgicas, cimenteiras e usinas termelétricas foram todas suspensas pela atual controladora/idealizadora do projeto. O

estaleiro, cuja construção havia sido iniciada, está em processo de recuperação judicial e não se sabe se será retomada.

O minério de ferro que chega ao Porto vem de Conceição de Mato Dentro, no estado de Minas Gerais, dentro do Projeto Minas-Rio (mina e mineroduto), que é controlado pela mineradora Anglo American, em acordo com a PRUMO; o mineroduto, de mais de 500km, é um dos mais extensos do mundo. O referido acordo resultou na formação da empresa Ferroport, encarregada de receber o minério sob a forma de polpa, fazendo o processamento necessário para armazená-lo e, depois, embarcá-lo em esteiras até o Terminal 1 para sua saída em navios graneleiros.

Segundo Pessanha (2015), a expectativa é que na primeira fase “o Minas-Rio produza e exporte até 29,8 milhões de toneladas de minério de ferro por ano”, posicionando-se como um dos três maiores complexos portuários do mundo, além de estar intrinsecamente ligado à escala internacional, já que tem como carro-chefe a exportação de minério de ferro para a China, e o apoio ao Complexo de Exploração e Produção de Petróleo e Gás da Bacia de Campos, no Pós-Sal e no Pré-Sal, também intimamente dependente do mercado mundial. Nesse cenário, o empreendimento reafirma o atual padrão de desenvolvimento regional brasileiro, fragmentado e espalhado territorialmente por meio de “ilhas dinâmicas” (ARAÚJO, 2000).

Desenvolvimento: um conceito polissêmico

Segundo Pires (2009), a preocupação com o desenvolvimento tem suas raízes na origem da ciência econômica, de maneira preliminar, nos escritos clássicos de Adam Smith (1776) e David Ricardo (1817), nos quais o desenvolvimento era visto como uma questão fundamental. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento econômico foi sendo gestado, na teoria clássica, a partir de

estudos com a finalidade de contribuir para manter a ordem econômica por meio do liberalismo e das tecnologias oriundas da Revolução Industrial.

A teoria do desenvolvimento começou a ser pulverizada na década de 40, após a Segunda Guerra Mundial, quando países capitalistas centrais buscaram influenciar os países do chamado “Terceiro Mundo” ante o desafio e o discurso de reconstrução das nações afetadas pela guerra e de modernização e superação do subdesenvolvimento da periferia capitalista, mediante, principalmente, a industrialização levada a cabo pelas filiais das multinacionais.

Surgem, a partir desse momento, importantes mudanças na conceituação de crescimento econômico e desenvolvimento, relacionados, respectivamente, aos resultados econômicos das finanças do Estado e aos benefícios trazidos pelo crescimento econômico no bem-estar da população. “Neste contexto, originam-se conceitos de subdesenvolvimento, desenvolvimento, este último sendo identificado como crescimento econômico, tecnológico e urbano” (SCOTTO *et al.*, 2007, p.16). Cria-se a ideia de que a melhor nação é aquela que concentra os melhores índices de urbanização, industrialização e os maiores aparatos tecnológicos. Por essa corrente dominante, a industrialização seria levada aos países subdesenvolvidos pelas filiais das empresas dos países centrais, as multinacionais, na linha de frente da Guerra Fria, que opunha o mundo capitalista ao mundo socialista, como uma forma de consolidar o capitalismo na periferia e resistir à “tentação comunista” das propostas revolucionárias.

Surgem, no mesmo período, correntes de pensamento divergentes das dominantes, como as surgidas no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), sob a liderança de Raul Prebisch e outros economistas latino-americanos, que denunciavam as relações desiguais nas trocas entre nações

no mercado mundial, penalizando os subdesenvolvidos e a consolidação de estruturas que impediam a passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, dentre outras teses, nem sempre concordantes, no próprio seio da CEPAL, como aquelas que colocavam a dependência no centro do processo de geração e reprodução do subdesenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 1998).

Dinâmica recente do desenvolvimento regional brasileiro

A distribuição espacial da indústria brasileira possui, historicamente, um perfil altamente concentrador. A região sudeste, mais precisamente os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, sempre abrigaram a maior parte dos investimentos e, conseqüentemente, a concentração industrial. Após um período descontínuo de lenta e relativa desconcentração, que resultou na configuração de um polígono espacial que incorpora parte do Centro-Oeste, Minas Gerais, e do Sul, como o cen-

expansão. A autora considera, em sua análise, as décadas de 1970, 1980 e 1990.

Na década de 1970, enquanto a economia mundial entrava em um estágio de desaceleração, estava em curso, no Brasil, uma política de desenvolvimento regional, liderada pelo presidente Geisel, que, por meio de grandes investimentos públicos financiados com o endividamento externo, conseguiu manter a economia brasileira crescendo exponencialmente. Surgem, nesse período, Grandes Projetos de Investimento (GPI), como a Hidrelétrica de Itaipu, Grande Carajás, dentre outros, que promoveram uma pequena desconcentração ao serem instalados em outras regiões fora do eixo Rio-São Paulo. Em meio à crise mundial, o Brasil diversificava sua economia a passos largos. “O Estado Desenvolvimentista brasileiro foi levado a atuar até a exaustão, no período pós choque do petróleo” (ARAÚJO, 2000, p. 323).

Em 1980, a crise chega ao Brasil. O choque de juros atinge o País e a dívida externa salta

AS “ILHAS DINÂMICAS” ESPALHADAS PELO PAÍS SEGUEM A LÓGICA CAPITALISTA DEFINIDORA DO ATUAL PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO, QUE, NA MAIORIA DAS VEZES, GERA UMA FRACA, OU NENHUMA, IRRADIAÇÃO TERRITORIAL ... OU SEJA, POUCO CONTRIBUEM COM O TERRITÓRIO EM QUE SE INSTALAM.

tro dinâmico brasileiro (DINIZ, 1995), está em curso, a partir da segunda metade da década de 1990, com forte aceleração na primeira década do atual século, uma nova tendência no desenvolvimento brasileiro: a fragmentação em ilhas dinâmicas, localizadas pontualmente no território, articuladas numa lógica de produção voltada para a exportação de produtos primários, intermediários e semi-industrializados.

Araújo (2000) analisa, historicamente, a evolução do desenvolvimento brasileiro trazendo à baila o novo padrão regional de

de 12 bilhões para 54 bilhões. A sociedade brasileira, que vinha de um contexto de “Brasil Potência”, slogan dos militares à época, passa a vivenciar um país deficitário mergulhado em profunda crise financeira e refém de poderosos credores internos e externos. Segundo Araújo (*op. cit.*), enquanto resistia a entrar na crise que assolava o mundo e a se abrir para a globalização, rendendo-se à financeirização, o Brasil protagonizou uma importante fase na sua dinâmica regional. As políticas regionais ampliadas desde a gestão do Juscelino

Kubitscheck e as políticas de investimentos das grandes estatais como Telebrás, Eletrobrás, Petrobrás, Vale do Rio Doce, dentre outras, proporcionaram uma “tímida desconcentração regional” ao ampliar bases produtivas fora do eixo Sudeste.

A década de 1990 marca as escolhas estratégicas adotadas pelo governo brasileiro. Esse período é caracterizado pelo forte processo de internacionalização da economia brasileira com a abertura comercial e financeira no governo Collor, acentuada *a posteriori* pela gestão de Fernando Henrique, período em que o Brasil se abre, novamente, ao capital internacional, desta vez sob o domínio de políticas neoliberais, centradas em um intenso processo de privatização de empresas estatais e de serviços públicos. Sob o prisma da dinâmica regional, essa opção estratégica tende a valorizar os espaços econômicos mais atrativos, ou seja, capazes de ofertar maior infraestrutura, empresas e segmentos mais competitivos, deixando em segundo plano as regiões menos atrativas e competitivas, acentuando a desigualdade regional, sob a égide da “guerra de lugares”, que está na raiz da fragmentação.

Nesse contexto, está em curso uma nova dinâmica regional fortemente influenciada pela abertura econômica do País ao comércio internacional, pelo dinamismo e especialização tecnológicos inerentes à globalização, entre outros elementos, que:

Tende a mudar a tendência à modesta desconcentração que predominava no período anterior. Por outro lado, o baixo dinamismo da economia nacional é comandado por “ilhas dinâmicas” localizadas nas diversas macrorregiões do País, enquanto outras áreas sofrem impactos mais adversos, por não serem tão competitivas ou por estarem submetidas a intenso processo de reestruturação (ARAÚJO, 2000, p. 327).

As “ilhas dinâmicas” espalhadas pelo País seguem a lógica capitalista definidora do atual padrão de desenvolvimento,

que, na maioria das vezes, gera uma fraca, ou nenhuma, irradiação territorial. Ou seja, pouco contribuem com o território em que se instalam, fazendo uma “ponte de fora para fora”, conectando-se a outras ilhas presentes nas diversas escalas, do local ao internacional.

Complexo Portuário do Açú: reafirmando o atual padrão de desenvolvimento brasileiro

Em 25 de fevereiro de 1993, na gestão do Presidente da República Itamar Franco, foi promulgada a Lei nº 8630, mais conhecida como Lei de Modernização dos Portos (BRASIL, 1993). Trouxe, no seu bojo, importantes transformações para o setor portuário brasileiro, tanto na parte da estrutura física dos portos quanto nas questões institucionais de gestão e organização das atividades. “Mais do que estimular a modernização física dos portos no País, esta lei se constitui em um novo marco institucional para o setor através da definição de novas regras e a criação de novos organismos institucionais” (RODRIGUES; LEMOS, 2011, p. 4).

Segundo Monié e Vidal (2006), para que os portos, em uma lógica capitalista pautada na concorrência e competição, pudessem se diferenciar e competir com seus concorrentes, se fizeram necessárias as várias reformulações com o objetivo de reduzir os custos operacionais, revertidos, possivelmente, em ganhos de produtividade. A Presidente Dilma implementa o Plano Nacional de Logística Portuária, expandindo a rede nacional de portos e terminais privados, contemplando o ERJ com mais de uma dezena de unidades previstas e em construção.

Atualmente, o CPA já está com o terminal de minério de ferro em funcionamento. Além disso, já estão instalados, no Terminal 2, dois fabricantes de dutos submarinos (Technip e National Oilwell Varco), um de motores para navios (Wartzila) e outro de serviços de an-

coragem (Intermoor). No dia 25/10/14, saiu do terminal dedicado à exportação de minério de ferro no CPA o primeiro navio carregando mais de 80 mil toneladas do produto com destino a China (PESSANHA, 2014). Já houve mais quatro carregamentos. Além de se dedicar à exportação de minério de ferro, o empreendimento servirá de apoio logístico ao Complexo de Exploração e Produção de Petróleo. A empresa americana Edison Chouest está instalando, no CPA, uma base de apoio logístico offshore e um estaleiro de reparos navais.

Nesse contexto, o Complexo Portuário do Açú surge reafirmando o novo padrão de desenvolvimento brasileiro, pois é parte integrante de uma série de investimentos logísticos ligados ao setor portuário espalhados pelo País, o que pode vir a se constituir no que Araújo (2000) denomina de uma “ilha dinâmica”. As mesmas espalham-se pelo território de forma estratégica fazendo pontes/conexões com outras áreas, não necessariamente produzindo “arrasto” setorial e espraiamento territorial das atividades ou conexões fortes com a economia produtiva local.

O Complexo Portuário do Açú como nó de uma rede logística

A logística é originária da área militar. Significava o conjunto de atividades que eram exercidas durante a guerra, com o objetivo de proporcionar aos soldados os meios de combate e de sobrevivência, além de definir a viabilidade de determinada missão nos lugares mais oportunos para as tropas. Assim, a logística era tida como alicerce da ação militar no sé-

culo XX (FORTUNA, 2006; RODRIGUES, 2007). Ela se aplica à economia no sentido de encurtar distâncias e diminuir o tempo de circulação das mercadorias, reduzindo os custos entre a produção e o consumo dos bens. Com a globalização, a logística econômica passa a estruturar-se em torno de sete princípios básicos: flexibilidade, continuidade, economia, segurança, unidade de direção, coordenação e prioridade (FORTUNA, 2006).

Esses elementos tornam-se centrais, tendo como objetivo principal reduzir ao máximo possível o tempo do transporte das mercadorias e, conseqüentemente, o custo final dos produtos. Dessa forma, a logística está atrelada a novas ações e ao controle sobre os territórios que, nessa racionalidade, assume o papel de instrumento (OLIVEIRA, 2008) do capital corporativo.

O CPA é um empreendimento que vai além das características do modelo antigo de portos; pretende ser um Complexo Industrial que abarcará um Distrito Industrial em área contígua, além de uma retroárea para armazenamento dos produtos que serão movimentados. Assim, com “acesso para o Atlântico, poderá atrair diferentes aglomerações industriais caçadoras de vantagens competitivas” (GOMES *et al.*, 2011). A composição de um distrito industrial vai ao encontro dos interesses do empreendedor, destinado à instalação de várias empresas, seguindo a tendência de Midas (*Maritime Industrial Development Areas*), que necessita de uma grande área anexada ao porto (retroárea) designada para atividades industriais, o que exige uma grande área para sua implan-

A ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE TRAZER BENEFÍCIOS AO TERRITÓRIO NO SEU ENTORNO DEVE-SE SITUAR NOS MARCOS DA ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES, OU NÃO, DO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

tação.

Trata-se, portanto, de um empreendimento que vai além de um porto, com recebimento e despacho de mercadorias. Está ligado a outras escalas, como é o caso da conexão primordial entre MG e RJ com a instalação do mineroduto, já que o objetivo principal do Porto, em sua concepção inicial, era exportar minério de ferro. O município de São João da Barra deverá receber empresas de várias partes do mundo, integrando a região Norte Fluminense no circuito do comércio internacional.

Considerações Finais

Sendo o CPA o nó de uma rede logística, vem confirmar a atual tendência do desenvolvimento regional brasileiro, pois veio no rastro da nova Lei de Modernização dos Portos, com o intuito de superar os gargalos do País e torná-lo mais dinâmico e competitivo. No projeto original, propunha-se fazer parte de um conjunto estratégico de portos, os denominados Hub Port - concentradores de cargas, ou seja, um porto transescalar, um dos centros internacionais de distribuição de cargas, tendo pouca ligação com a cidade. Embora este seja seu objetivo inicial, a mudança de comando e a conjuntura internacional talvez forcem o adiamento ou cancelamento dessa estratégia.

A construção do empreendimento se constitui como um ato estratégico de investimento em

infraestrutura, que tem seguido a atual tendência de desenvolvimento regional brasileiro, altamente fragmentado e pulverizado pelo território por meio de ilhas dinâmicas. Evidencia-se que, enquanto análise, não podemos pensar o empreendimento como algo apenas de alcance local e regional. Trata-se de um projeto de desenvolvimento de projeção nacional e internacional, estando ligado a outros pontos técnicos distribuídos logisticamente pelo território brasileiro e que, juntos, compõem uma rede logística conectada por redes ou ilhas dinâmicas que se utilizam dos avanços da globalização para usar estrategicamente os territórios, sem, na maioria dos casos, contribuir, socialmente, para o entorno do lugar onde se instalam.

Portanto, a análise das possibilidades de trazer benefícios ao território no seu entorno deve-se situar nos marcos da análise das potencialidades, ou não, do atual modelo de desenvolvimento brasileiro para o desenvolvimento regional.

Referências:

ARAÚJO, T.B. DE. ENSAIOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: HERANÇAS E URGÊNCIAS. RIO DE JANEIRO. REVAN: FASE 2000.

BIELSCHOWSKY, R. CINCUENTA AÑOS DE PENSAMIENTO DE LA CEPAL: UNA RESEÑA", CINCUENTA AÑOS DE PENSAMIENTO DE LA CEPAL. SANTIAGO DO CHILE: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; FONDO DE CULTURA ECONÓMICA, 1998.

BRASIL, LEI 8.630, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993. DISPÕE SOBRE O JURÍDICO DA EXPLORAÇÃO DOS PORTOS ORGANIZADOS E DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (LEI DOS PORTOS). DISPONÍVEL: <HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/L8630.HTM>. ACESSO EM 02/01/2015.

DINIZ, CÉLIO CAMPOLINA. DINÂMICA REGIONAL RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA E SUAS PERSPECTIVAS. BRASÍLIA: IPEA, 1995.

FORTUNA, D. CIRCULAÇÃO E TERRITORIALIDADE ECONÔMICA: O (RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL NO EIXO MÉDIOMATO-GROSSENSE DA BR – 163 (CUIABÁ – SANTARÉM)(TESE DE DOUTORADO). UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS/DEPTº. DE GEOGRAFIA. RIO DE JANEIRO, 2006.

GOMES, T.A.; ET AL.COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU: PROPOSTAS PARA QUE A RIQUEZA GERADA POSSA RETORNAR À COMUNIDADE DE SÃO JOÃO DA BARRA UTILIZANDO A FERRAMENTA ACCOUNTABILITY. REVISTA PERSPECTIVAS ON LINE. VOLUME 1. NÚMERO 1,2011.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO 2010. DISPONÍVEL EM: HTTP://CENSO2010.IBGE.GOV.BR/. ACESSO EM 10/02/2015.

MONIÉ, F; VIDAL, S. CIDADES, PORTOS E CIDADES PORTUÁRIAS NA ERA DA INTEGRAÇÃO PRODUTIVA. RIO DE JANEIRO, NOV/DEZ, 2006.

OLIVEIRA, F. J. G. DE. INVESTIMENTOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: SENTIDOS ESTRATÉGICOS DOS RECENTES PROJETOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO RIO DE JANEIRO. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. UNIVERSIDAD DE BARCELONA. VOL. XII, NÚM. 270, AGOSTO DE 2008.

PESANHA, R.M. PONTOS DA PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO DA PRUMO PARA 2015 A SER ANALISADA EM ASSEMBLEIA DIA 30/04. IN: <HTTP://WWW.ROBERTOMORAES.COM.BR/2015/04/PONTOS-DA-PROPOSTA-DE-ADMINISTRACAO-DA.HTML> SEGUNDA-FEIRA, ABRIL 20, 2015. ACESSO EM 02/06/2015.

_____. ANGLO AMERICAN SÓ AGORA

CONFIRMA 1º EMBARQUE DE MINÉRIO PARA A CHINA PELO PORTO DO AÇU. IN:<HTTP://WWW.ROBERTOMORAES.COM.BR/2014/10/ANGLO-AMERICAN-SO-AGORA-CONFIRMA-1.HTML> SEGUNDA-FEIRA, OUTUBRO 27, 2014. ACESSO EM 02/06/15.

PIRES, B.O. TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA DE ESPAÇOS RURAIS E SEUS IMPACTOS SOBRE POPULAÇÕES LOCAIS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO PORTUÁRIO DA BARRA DO AÇU NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, RJ. (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO). CAMPOS DOS GOYTACAZES: UENF, 2009.

RODRIGUES, R.C.A. MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA E REDE LOGÍSTICA - O PORTO DE SEPETIBA/ITAGUAÍ COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO FLUMINENSE. (TESE DE DOUTORADO) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, RIO DE JANEIRO, 2007.

RODRIGUES, R. C.DE A; LEMOS, LINOVALDO MIRANDA. LOGÍSTICA E TERRITÓRIO NO BRASIL- OS COMPLEXOS PORTUÁRIOS DO NORTE FLUMINENSE. REVISTA GEOGRÁFICA DE AMÉRICA CENTRAL. NÚMERO ESPECIAL EGAL- COSTA RICA, 2011.

SCOTTO, G.; ET AL. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. PETRÓPOLIS (RJ): EDITORA VOZES, 2007.

SILVA, R. GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO E SEUS EFEITOS SOCIOESPAÇIAIS NO TERRITÓRIO: TRANSFORMAÇÕES NA IDENTIDADE DOS ATINGIDOS DO ASSENTAMENTO OLHOS D'ÁGUA EM UBERLÂNDIA (MG).REVISTA GEOGRÁFICA DA AMÉRICA CENTRAL. ESPECIAL EGAL, COSTA RICA, 2011.

VAINER. C.B. GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS V.9, N.1/ MAIO 2007.

Consulte o Banco de Artigos, Testes, Estudos e Legislação do site Royalties do Petróleo

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br



Desenvolvimento local e *royalties* do petróleo: por uma agricultura familiar pulsante no município de Campos dos Goytacazes/RJ

Local development and oil royalties: in favor of an active role of family farming in the city of Campos dos Goytacazes

Resumo:

Campos dos Goytacazes possui extensas áreas agricultáveis e planas, com o maior número de assentamentos da reforma agrária do estado do Rio de Janeiro. Embora tenha sido grande produtor de cana-de-açúcar, hoje apresenta baixa produção tanto desta cultura como de outras. O município não produz quantidade significativa de alimentos nem mesmo para abastecimento local. Em contraponto a esta estagnação, está a exploração e produção do petróleo da Bacia de Campos, desde 1978, pela qual o município recebe o maior montante de rendas petrolíferas do País, dentre os 985 municípios beneficiados pela Lei nº 9.478 de 1997. Apesar de se tratar de recurso finito, o governo municipal não apresentou alternativas compatíveis para suprir uma possível queda da arrecadação, permanecendo o município altamente dependente das rendas do petróleo e com indicadores desfavoráveis em termos socioeconômicos e de desigualdade social. Em dezembro de 2014, foram anunciados cortes orçamentários de 40%, devido à queda de 46,57% no valor do barril do petróleo no mercado internacional. Ao mesmo tempo, a Emenda Ibsen, aprovada no Congresso em 2010, está na iminência de entrar em vigor. Dentro desse contexto, objetiva-se, aqui, argumentar no sentido de que a agricultura familiar, em bases agroecológicas, pode contribuir para um desenvolvimento menos desigual do município.

Palavras-chave: Norte Fluminense. *commodities*. agroecologia.

Abstract:

Campos dos Goytacazes has extensive agricultural and flat areas with the highest number of agrarian reform settlements in Rio de Janeiro State. Although the city has been a major producer of sugar cane, nowadays it presents low production of this and other cultures. Currently, the municipality does not produce significant quantities of food even for local provision. In contrast to this stagnation, since 1978, there has been the exploitation and production of oil in the Campos Basin, by which the municipality receives the highest amount of royalties in Brazil, among 985 municipalities benefited by the Law No. 9.478/97. However, despite oil is a finite resource, the government has not provided compatible alternatives to meet a possible fall of the collection. Therefore, the municipality has continued to be dependent on the royalties and with negative indicators in socioeconomic and social inequality terms. In December 2014, municipal budget cuts of 40% were announced due to the 46,57% drop in the value of the oil barrel in the international market. At the same time, the Ibsen amendment, approved by Congress in 2010, is about to be effective. Within this context, this paper aims to arguing about the possibility of a contribution of the family farming, in agroecological bases, for a less unequal development of the municipality.

Keywords: North Fluminense. *commodities*. agroecology.

JULIANA COSTA VELHO DE ABREU, ZOOTECNISTA, LICENCIADA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DISCENTE DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF) JULIVELHO@HOTMAIL.COM

Introdução

A construção das atuais condições socioeconômicas do Norte Fluminense remete a um histórico de ascensão e declínio da produção de cana-de-açúcar. Campos dos Goytacazes, no século XVIII, chegou a possuir mais usinas do que quase todos os estados do Brasil, perdendo apenas para São Paulo, e desfrutava de posição de destaque político-econômico nacional (CRUZ, 2006).

Porém, após o período de modernização da agricultura, não realizada nessa região na mesma extensão e profundidade que em outras, acompa-

nhado de quedas frequentes no preço e na produtividade, de desgaste do solo e perda de concorrência para São Paulo, além de grande endividamento das usinas, o município entrou em acentuada decadência econômica, com a falência da quase totalidade das usinas, deixando rastro de miséria e incertezas, até a descoberta do petróleo na plataforma continental.

Hoje, o município comporta aproximadamente meio milhão de habitantes, é fortemente caracterizado por clima ameno, terras extensas agricultáveis e planas, porém, apesar de alguns esforços, ainda importa o equivalente a 90% dos alimentos consumidos, de cidades e estados vizinhos, segundo declarações públicas da atual administração. A decadência da cana-de-açúcar, o desemprego, as desigualdades sociais, os abusos trabalhistas, as fa-

lências e as altíssimas dívidas federais das usinas fizeram com que, por pressão de movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e de sindicatos, dentre outros, o município possuísse, hoje, o maior número de assentamentos de reforma agrária do estado, num total de 11 assentamentos legalizados.

No que se refere ao declínio na produção de alimentos, Campos não se encontra isolada. De fato, todo o estado do Rio de Janeiro vem decrescendo em área plantada e colhida de alimentos, caracterizando uma desagregação acentuada (ALENTEJANO, 2010). A prova disso está na safra prevista para o estado em 2014, em que, segundo o IBGE, oito das doze culturas temporárias produzidas apresentam variação negativa (-),

ou seja, decréscimo na produção, que varia de -23,6%, do milho, a -1,3%, da mandioca. Na previsão, a cana é uma das poucas culturas que apresenta crescimento, 3,12%, embora os patamares atuais desta cultura estejam abaixo da metade dos da década de 80.

Ocorre que, com esse processo de desruralização do município, acompanhado de decadência econômica, não se colocou nada no lugar além da estéril renda adquirida com os *royalties* do petróleo. Estéril porque é geradora de pouca participação e influência no desenvolvimento local, vinculada a empreendimentos que, até o momento, constituem-se em investimentos de *fora para fora*; que, embora dinâmicos, não promovem a integração do território, tampouco minimizam as desigualdades socioespaciais, por si sós (CRUZ, 2012). O petróleo tem significado, no

Norte Fluminense, que não tem nada mais a acrescentar além das receitas mal administradas pelos municípios, embora a responsabilidade deva recair

em bases agroecológicas e integrada à cidade, como uma das alternativas para a diversificação da economia, a geração de emprego, renda e a

do município desde o século XVII, quando ocorreu a exploração do pau-brasil na região, seguida pela produção canavieira. As condições econômicas, sociais e políticas em que esse processo se desenrolou respondem pelos reiterados baixos desempenhos no IDH, abismos sociais, baixos índices no IDEB, dentre outros. Em termos nacionais, a especialização produtiva voltada para a exportação de produtos primários e semiacabados remonta à tese da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre as relações entre países centrais e periféricos no comércio internacional, enquanto um sistema de trocas desiguais, muito caro à reprodução da ordem capitalista mundial, que mantém as condições estruturais do subdesenvolvimento. (FURTADO, 2009).

Esse cenário se reestrutura e se atualiza, de tempos em tempos, onde a exploração de recursos naturais é o ponto de partida, a baixa tecnologia nacional em sua exploração do combustível, e a consequência é a eliminação de outras formas de geração de emprego e renda, até a estabilização como explorador de produtos primários, de pouco valor agregado e baixo dinamismo, muito embora isso possa se dar em bases tecnológicas avançadas e sofisticadas, como no agro-negócio brasileiro. Ainda assim, o “subdesenvolvimento” se manifesta na dependência tecnológica externa em todas

as etapas do processo produtivo e na posição enquanto fornecedor de produtos para a indústria de alimentos dos países centrais.

A “Doença Holandesa” ou a “Maldição dos Recursos Naturais”, descrita pela primeira vez pelo jornal “The Economist”, em 1977, foi usada para explicar um fenômeno que ocorria na Holanda entre 1960 e 1970. A matéria remeteu à decadência industrial após a descoberta de grandes reservas de gás natural ocorrida na Holanda (STRACK E AZEVEDO, 2012). Ampliando-se sua cadeia de impactos, o fenômeno teria influência no enfraquecimento da democracia, no crescimento da violência, no subemprego, e na vulnerabilidade, como, por exemplo, no caso do petróleo, às oscilações dos preços e à má utilização das rendas petrolíferas por governos corruptos e ineficientes (SHULTZ, 2005). A exemplo do que foi mencionado, Shultz (2005) cita a fala do ministro de finanças da Nigéria, um dos maiores países exportadores de petróleo do mundo:

No momento em que obtivemos petróleo, nosso setor agrícola entrou em colapso. O petróleo nos deixou preguiçosos. Quando eu era jovem, sabia que tinha que usar o cérebro para ter êxito na vida. A geração do petróleo não pensa assim. Nós nos tornamos corruptos. (p. 37).

O PETRÓLEO TEM SIGNIFICADO, NO NORTE FLUMINENSE, QUE NÃO TEM NADA MAIS A ACRESCENTAR ALÉM DAS RECEITAS MAL ADMINISTRADAS PELOS MUNICÍPIOS, EMBORA A RESPONSABILIDADE DEVA RECAIR SOBRE AS ADMINISTRAÇÕES LOCAIS, PRINCIPALMENTE.

sobre as administrações locais, principalmente.

O emprego gerado e as empresas atraídas concentram-se em Macaé e expandem-se pela mesorregião das Baixadas Litorâneas, com destaque para os municípios de Rio das Ostras e Cabo Frio, embora beneficiem moradores de Campos e de vários outros municípios da região. Ainda que outro grande empreendimento, o Porto do Açu, esteja sendo instalado em São João da Barra, e sendo direcionado para apoiar o Complexo de E&P-Produção e Exploração de Petróleo e Gás da Bacia de Campos, o contexto é de aprofundamento da dependência do petróleo e das suas rendas, por parte dos municípios da região.

Assim sendo, permanece atual a questão posta desde o início dessa atividade na região, tendo em vista experiências congêneres em várias partes do mundo, e que teima em não se calar: *quais seriam os caminhos para evitar a tragédia anunciada da “maldição dos recursos naturais”, compreendida como a desmobilização de atividades produtivas diversificadas, capazes de dar sustentabilidade a uma economia ancorada em produtos primários, e, no caso do petróleo, finito, “sujo”, ameaçado na composição da matriz energética mundial, e com uma dinâmica altamente vulnerável a oscilações radicais dos “humores” do mercado internacional?*

Dentro desse contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar a agricultura familiar,

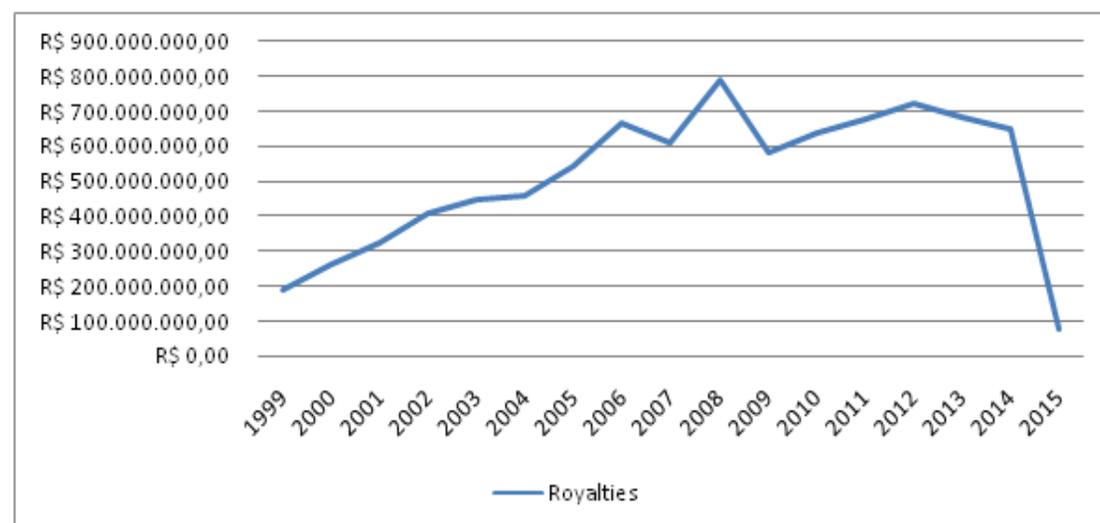
valorização da cultura local; portanto, como uma alternativa menos arriscada, do ponto de vista socioeconômico, para atravessar o cenário da queda brusca no valor do barril do petróleo e conseguir não só retomar e manter a pujança da economia local/mesorregional, mas, também, contribuir para o desenvolvimento, após a iminente aprovação da nova lei de divisão de *royalties* do petróleo no Brasil.

A agricultura familiar agroecológica já está sendo praticada no município, possui suporte em política pública, apoio de redes estaduais e nacionais, conteúdo tecnológico e amparo legislativo.

Royalties: da acomodação à ação

A exploração de recursos naturais e a especialização na produção de bens primários é algo intrínseco à história

Gráfico 1. Evolução das arrecadações dos royalties do petróleo no município de Campos dos Goytacazes



Fonte : InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo e Fundação Getúlio Vargas.

Embora, como lembra Mothé (2008), o fenômeno da “Doença Holandesa” não se manifeste no Brasil, e o conceito não se aplique à escala subnacional, indícios de manifestação, à escala local, de impactos negativos semelhantes, são observados no município, conforme afirma a autora.

Como Campos dos Goytacazes foi o município que deu o maior salto em suas receitas com a descoberta do petróleo na Bacia que leva seu nome, é de se esperar que tenha, portanto, sofrido o maior impacto frente ao baixo valor vigente do barril, a partir do final de 2014 e em curso neste primeiro semestre de 2015.

Este fato tem sido utilizado para difundir um clima de catástrofe no município, impulsionado pelos seus governantes, que alegam a situação de caos para anunciar a redução de 40% de seu orçamento para 2015. No entanto, Ribeiro *et al.* (2015) defendem que a baixa no valor do barril do petróleo tende a influenciar mais os municípios que utilizam grande parte dos recursos para investimento, o que não é o caso de Campos dos Goytacazes, que utilizou apenas 26,26% dos *royalties* para investimento no período de 2001 a 2014. Dessa forma, a dramaticidade seria exagerada, e demonstra a incapacidade dos governantes municipais em lidar com o período de crise, amargando a consequência da não utilização dos recursos do petróleo para fomentar atividades econômicas capazes de diversificar e elevar as fontes de arrecadação própria (CRUZ, 2012).

No entanto, dados os gastos das rendas petrolíferas com a expansão da infraestrutura urbana e com os equipamentos de serviços coletivos municipais – ainda que aquém da demanda, em quantidade e qualidade –, houve uma elevação das despesas de custeio, cujo suporte passou a depender dessas mesmas rendas, uma vez que não foram devidamente fomentadas outras atividades capazes de compensar uma queda nas rendas e de

subsidiar os custos futuros da expansão da infraestrutura urbana. Além disso, há sinais evidentes de excesso de “gordura” na máquina administrativa, desperdício e suspeitas de desvios dos recursos públicos para fins privados (CRUZ, 2012).

Portanto, desmistificada a falta de alternativas para a recessão anunciada, no nível local, parte-se para o ponto seguinte: em que investir para que ocorra aumento de receitas, contribuições ao desenvolvimento local e sustentabilidade no curto prazo? Sem prejuízo da importância de programas e projetos de industrialização e modernização econômica e tecnológica, e de ampliação da diversificação, este artigo defende que, no atual momento, em Campos dos Goytacazes, o fortalecimento da agricultura familiar integrada à cidade seria uma das alternativas viáveis e relevantes. Com esta proposta, combate-se, aqui, primordialmente, as dimensões rentistas, da monocultura e da dependência externa excessiva a que as autoridades locais atrelam os destinos do município.

Agroecologia: uma luz no fim do túnel?

Apesar da forte crença de alguns segmentos sociais de que a agropecuária e o rural são sinônimos de atraso, pobreza e desigualdade, fazendo perceber que, de acordo com essa concepção, os municípios

necessitariam urbanizar-se rapidamente como única forma de se livrarem do “atraso”, a argumentação aqui apresentada aponta exatamente em direção à relativização de tais aceções. Sabe-se que essas influenciam fortemente na falta de investimentos em projetos de desenvolvimento do campo, principalmente nos que elevem, de fato, a qualidade de vida e, por conseguinte, a produção de alimentos para o mercado interno, compensando o excessivo adensamento, que torna inviáveis nossas cidades, e cuidando da segurança alimentar das gerações futuras.

No gráfico, a seguir, é possível verificar que, embora o PIB geral de Campos seja crescente, o agropecuário manteve-se praticamente estagnado nos últimos 11 anos.

No que se refere à composição agropecuária do PIB, é importante destacar que grande parte é ainda oriunda da cana-de-açúcar. De 1999 a 2012, a área colhida de cana-de-açúcar do município foi de 97% em relação a todas as outras culturas temporárias e permanentes cultivadas. Esse dado demonstra que Campos não atuou na diversificação da agricultura, nem mesmo após a decadência da produção de cana-de-açúcar e das usinas, sendo que esta atividade, apesar de apresentar produção decrescente, permanece ocupando quase 100% dos hectares cultivados (IBGE, 2012),

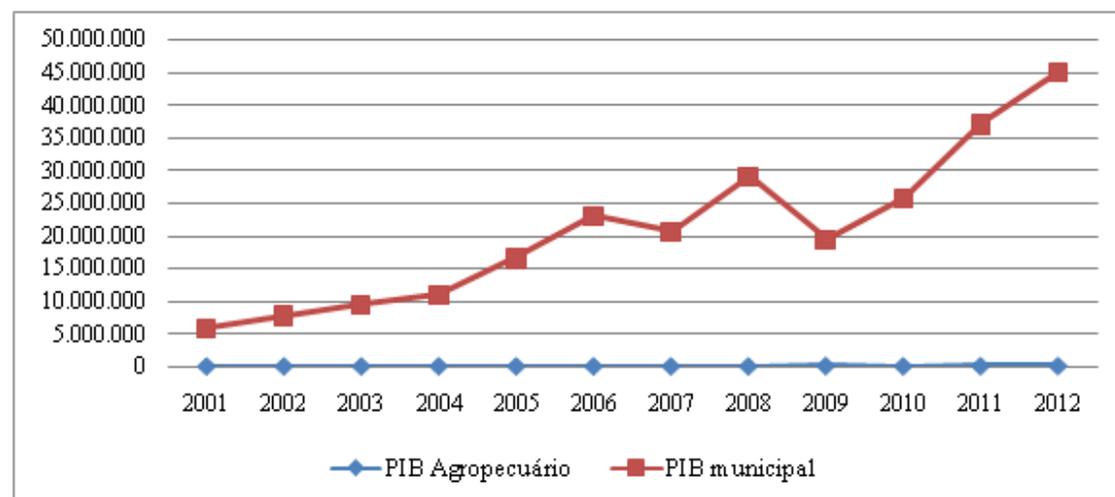
além de lugar de destaque na política e economia regionais (CRUZ, 2012).

Apesar dos esforços em urbanizar-se, Campos dos Goytacazes apresenta 64% da área total destinados à agropecuária, sendo que suas atividades mais representativas são a criação de gado e o cultivo da cana-de-açúcar (IBGE, 2006). Mesmo diante da pouca representatividade econômica, o setor é o 5º que mais emprega no município, com 4,77% do pessoal ocupado na faixa etária acima de 18 anos, sendo esse número maior até que o da indústria extrativista, com 2,20%, em 2006 (IBGE).

Partindo da premissa de que não se considera a possibilidade de urbanização plena do campo e tampouco da sua extinção, entende-se que a agroecologia, praticada centralmente em pequenas propriedades, como meio de se alcançar a produção de agroecossistemas sustentáveis, seja uma opção de geração de emprego, renda, alimentos e de sustentabilidade no meio rural, tão presente no município de Campos dos Goytacazes, seja por seus 11 assentamentos da reforma agrária, seja por grandes extensões de terras subprodutivas, as quais são mais utilizadas como reserva de capital do que para a produção de alimentos.

Por definição, a agricultura familiar é entendida como

Gráfico 2. Histórico do PIB geral e PIB agropecuário no município de Campos dos Goytacazes em valores correntes (R\$).



Fonte: IBGE, 2012.

aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1999). Para a autora, o fato de a família ser responsável pela gestão e também pela produção influencia diretamente em sua relação social e econômica. Esses fatores podem ser considerados característicos dos pequenos produtores classificados como agricultores familiares.

O fortalecimento da agricultura familiar tem um papel estratégico em situações como a vivenciada no município. A melhoria de renda deste segmento, por meio de sua inserção no mercado, mantém ocupada parte da população de pequenas cidades e comunidades rurais do interior do País e, por consequência, contém a migração para grandes metrópoles. Seu papel em cidades médias, como Campos dos Goytacazes, com grandes extensões de terras rurais e grande tradição na agricultura e na agropecuária, com uma estrutura fundiária minifundista e de assentamentos de reforma agrária, pode ser estratégico na diversificação produtiva, capaz de, ao lado de investimentos industriais diversificados, neutralizar os efeitos da “maldição do petróleo”, ou melhor, da “maldição dos royalties”, no caso específico aqui estudado.

A agroecologia é definida, segundo Gliessman (2009), como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentá-

conceito vão bem além da não aquisição de insumos externos e produção em policultivo, contemplando também a ética, sem deixar de mencionar a pluriatividade, fenômeno que vem viabilizando a permanência da família rural no campo. Para os dias de hoje, pode-se complementar afirmando que a agropecuária também deve buscar integrar-se às cidades (VEIGA, 2004; 2005).

A pluriatividade nada mais é do que uma prática social, consequência da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores. É justamente a integração das famílias que residem no espaço rural a outras atividades ocupacionais, sejam elas agrárias ou não, sem que com isso deixem de ser agricultores (SCHNEIDER, 2009).

Talvez uma das alternativas para atravessar esse período de queda de preços e também a mais que provável aprovação da nova legislação de distribuição das rendas, que diminuirá consideravelmente o volume de royalties recebido, seja, portanto, a valorização da agricultura local, a produção e o beneficiamento de alimentos por meio de agroindústrias, com utilização de tecnologias apropriadas de baixo impacto ambiental e boa inclusão social, como a agroecológica, além do fortalecimento do turismo rural. É possível que a alternativa esteja em olhar mais para si do que para os outros e verificar as potencialidades já manifestas para a diversificação econômica local. Os assentamentos

Considerações Finais

Tendo em vista o que foi exposto, considera-se a pluriatividade da agricultura familiar com bases agroecológicas como uma das vias possíveis para um desenvolvimento local inclusivo, diversificado e, portanto, mais seguro do ponto de vista econômico e social. A saída em meio à crise vivenciada talvez esteja na valorização do capital social e das tradições regionais. “Como fazer”, já se tem experiência acumulada para a sua construção, mas, “quando”, com certeza é “já”. O urbano não deve ser aniquilador do rural e nem o rural deverá ser extinto, conforme afirmam Milton Santos e Lefebvre. A urbanização por si só não inviabiliza a agropecuária, muito pelo contrário, uma vez levada ao campo, fixa população e melhora o rendimento produtivo. Em 1999, Abramovay já afirmava que as políticas voltadas para o fortalecimento do meio rural terão tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades.

Referências:

- ABRAMOVAY, R.. AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. *REFORMA AGRÁRIA – REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA – VOLS. 28 NºS 1,2, 3 e 29, Nº1 – JAN/DEZ 1998 e JAN/AGO 1999.*
- ALTIERI, M. A. AGROECOLOGIA, AGRICULTURA CAMPONESA E SOBERANIA ALIMENTAR. *REVISTA NERA. PRESIDENTE PRUDENTE. ANO 13, Nº. 16. P. 22-32. JAN/JUN 2010.*
- ALENTEJANO, P.. UM BREVE BALANÇO DA AGRICULTURA E DA POLÍTICA AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS. 2010. DISPONÍVEL EM <HTTTPS://AARJ.WORDPRESS.COM/2010/11/08/TEXTO-UM-BREVE-BALANCO-DA-AGRICULTURA-E-DA-POLITICA-AGRARIA-NO-ESTADO-DO-RIO-DE-JANEIRO-NAS-ULTIMAS-DECADAS-PAULO-ALENTEJANO/>. ACESSO EM 15 DE JANEIRO DE 2015.
- CRUZ, J. L. V. ORIGEM, NATUREZA E PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO NORTE FLUMINENSE. IN: CARVALHO, A. M DE; TOTTI, M. E. F. FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO NORTE FLUMINENSE. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2006.
- _____. A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *VÉRTICES, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, v. 14, N. ESPECIAL, P. 31-61, 2012.*
- FURTADO, CELSO. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO: CONTRAPONTO: CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO, 2009.
- GLIESSMAN, S.R. *AGROECOLOGIA: PROCESSOS ECOLÓGICOS EM AGRICULTURA SUSTENTÁVEL*, 4ª EDIÇÃO, EDITORA UFRGS, PORTO ALEGRE, 2009.
- REIJNTJES, C., HAVERKORT, B., WATERS-BAYER, A. *FARMING FOR THE FUTURE: AN INTRODUCTION TO LOW-EXTERNAL-INPUT AND SUSTAINABLE AGRICULTURE*. THE MACMILLAN PRESS, LONDON, 250P. 1992.
- RIBEIRO, A.C.; CHAVEZ, J.R.A.; PIMENTEL, V.. OS REFLEXOS DA QUEDA DAS RENDAS DO PETRÓLEO NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA BACIA DE CAMPOS. *PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO, CAMPOS DOS GOYTACAZES, Nº. 47, P. 8-10, MARÇO. 2015.*
- SCHNEIDER, S.. A PLURIATIVIDADE NO MEIO RURAL BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS PARA INVESTIGAÇÃO. IN: GRAMMONT, HUBERT CARTON DE E MARTINEZ VALLE, LUCIANO (COMP.). (ORG.). *LA PLURIACTIVIDAD EN EL CAMPO LATINOAMERICANO*. 1ª ED. QUITO/ECUADOR: ED. FLACSO - SERIE FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.
- STRACK, D.; AZEVEDO, F.Z.A.. A DOENÇA HOLANDESA NO BRASIL: SINTOMAS E EFEITOS. *REVISTA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO. UFSM. v. 24, n. 2, RS, 2012.* DISPONÍVEL EM: <HTTTP://CASCAVEL.UFSM.BR/REVISTAS/OJS-2.2.2/INDEX.PHP/EED/ARTICLE/VIEW/6432>. ACESSO EM 15 DE JANEIRO DE 2015.
- SHULTZ, J. SEGUINDO A PISTA DO DINHEIRO: UM GUIA PARA MONITORAR ORÇAMENTOS E RECEITAS DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL. NEW YORK: OPEN SOCIETY INSTITUTE, 2005.
- VEIGA, J.E.. NEM TUDO É URBANO. *CIÊNCIA E CULTURA. VOL. 56. N. 2. SÃO PAULO. ABR/JUN, 2004.*
- _____. DESTINOS DA RURALIDADE NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO. IN: *GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO: AJUSTES PERIFÉRICOS*. P. 420-436. ORG. RIBEIRO, A.C.T; TAVARES, H.M; NATAL, J., PIQUET, R. EDITORA ARQUIMEDES: IPPUR, RIO DE JANEIRO, 2005.
- WANDERLEY. M. N.B. RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO. IN: *TEDESCO, J.C.* (ORG). *AGRICULTURA FAMILIAR: REALIDADES E PERSPECTIVAS*. PASSO FUNDO: EDIUPF, 1999.

A SAÍDA EM MEIO À CRISE VIVENCIADA TALVEZ ESTEJA NA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DAS TRADIÇÕES REGIONAIS. “COMO FAZER”, JÁ SE TEM EXPERIÊNCIA ACUMULADA PARA A SUA CONSTRUÇÃO, MAS, “QUANDO”, COM CERTEZA É “JÁ”.

veis”. Os agroecossistemas sustentáveis podem ser definidos como uma agricultura ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, humana e adaptativa (REIJNTJES *et al.*, 1992). Dentro da agropecuária, as implicações desse

de Reforma Agrária trabalham nesse modelo e a legislação federal ampara a produção familiar. Resta à iniciativa local potencializar o que agricultores e legislação já apontam. Em meio à crise, esta pode ser uma contribuição de efeitos no curto prazo.

Editor-chefe**Rodrigo Machado Vilani**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Conselho Editorial**Angela Moulin Simões Penalva Santos**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Christian Luiz da Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Denise Cunha Tavares Terra

Universidade Estadual do Norte-Fluminense – UENF

Edna Maria Ramos de Castro

Universidade Federal do Pará – UFPA

Frédéric Jean Marie Monié

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Helder Queiroz Pinto Junior

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Isa de Oliveira Rocha

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Jeroen Johannes Klink

Universidade Federal do ABC – UFABC

João Figueira de Sousa

Universidade Nova de Lisboa – UNL

João José de Assis Rangel

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

José Gutman

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

José Luis Vianna

Universidade Federal Fluminense – UFF

Lia Valls

Fundação Getúlio Vargas - FGV

Luciano Dias Losekann

Universidade Federal Fluminense – UFF

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez

Universidade Federal do Pará - UFPA

Marília Steinberger

Universidade de Brasília - UnB

Paulo Gusmão

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rodrigo Anido Lira

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Rodrigo Valente Serra

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ)

Rosana Baeninger

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Rosélia Piquet

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Silvia Gorenstein

Universidade Nacional del Sur – Argentina

Suzana Quinet de Andrade Bastos

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Vera Lucia Alves França

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Virginia Elisabeta Etges

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Yann Fournis

Université du Québec à Rimouski - UQAR

Yves Fauré

Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Revisora Gramatical**Maria Marta Garcia de Assis Rangel**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Editoração/ Diagramação

Daieni Marques de Souza Vigneron

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Bolsista de Iniciação Científica

Leonardo Azevedo Calisto

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Escopo

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica, primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003.

O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

Periodicidade

O Boletim é publicado trimestralmente de forma regular e ininterrupta em versão exclusivamente eletrônica.

Diretrizes para os autores

Os textos recebidos são apreciados inicialmente pelo Editor-chefe, que encaminhará para avaliação por membros do Conselho Editorial e, eventualmente, por pareceristas ad hoc. As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são:

- O arquivo deve ser enviado em formato 'DOC' ou 'DOCX'
- A primeira página deve apresentar: a) título do trabalho; b) autoria: nome completo do(s) autor(es), formação acadêmica, filiação institucional, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- A segunda página deve conter: a) título em português e inglês; b) resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 e 150 palavras, com indicação de 3 a 5 palavras-chave.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 15 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- Formatação: tamanho do papel: A4 (21 x 29,7 cm); margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm; Fonte: Times New Roman, corpo 12; Espaçamentos: 1,5 entre linhas.
- As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
- O encaminhamento dos textos para o Boletim implica a autorização para publicação e aceitação de eventuais edições necessárias para adequação ao formato do Boletim e ao seu padrão editorial.

Author Guidelines

The articles submitted are accepted for consideration firstly by the Editor in chief, who refers them to be evaluated by members of the editorial board, and, eventually, by ad hoc referees.

The formatting rules to send the article are the following:

- The file must be sent in 'DOC' or 'DOCX' format.
- The first page must present: a) title of the work; b) authorship: full name of the author(s), academic degree, institutional affiliation, e-mail address, telephone number, and full postal address.
- The second page must contain: a) title in English; b) abstracts in English, comprising 100 to 150 words and also 3 to 5 keywords.
- The articles should be in the regions of 11,000 to 15,000 characters with spaces (including notes and bibliographic references).
- Formatting: paper size: A4 (21.0 cm by 29.7cm); top left margin: 3.0 cm; bottom right margin: 2.0 cm; font: Times New Roman, 12 - point font size; spacing: 1.5 cm between lines.
- Bibliographic references must be in accordance with the standards established by the Brazilian Association of Technical Standards (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023).

Instrucciones para los Autores

Los textos recibidos son evaluados inicialmente por el editor en jefe, que los encaminará para valoración por los miembros del Comité Editorial y, eventualmente, por árbitros ad hoc.

Las normas de presentación del texto para envío del artículo son las que se siguen:

- Los archivos se deben enviar en formato 'DOC' o 'DOCX'.
- La primera página debe presentar: a) título del trabajo; b) autoría: nombre completo del autor, formación académica, afiliación institucional, correo electrónico, teléfono y dirección para correspondencia.
- La segunda página debe incluir: a) título en Español e Inglés; b) resumen en Español y abstract en Inglés entre 100 (cien) y 150 (ciento cincuenta) palabras, incluyéndose entre 3 (tres) y 5 (cinco) palabras claves.
- Los artículos deben tener como mínimo 11 mil y como máximo 15 mil caracteres con espacios (incluyendo notas y referencias bibliográficas)
- Formateo: hoja tamaño A4 (21,0 x 29,7cm); márgenes superior e izquierdo: 3cm; inferior y derecho 2cm; Times New Roman 12; interlineado 1,5.
- Referencias bibliográficas deben ser presentadas de acuerdo a las normas establecidas por la Asociación Brasileña de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023 (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail:
boletim@ucam-campos.br